

Para uma crítica à “Sociedade de consumo” e ao fim da transcendência da alienação em Jean Baudrillard

Towards a critique of “The consumer society” and the end of the transcendence of alienation in Jean Baudrillard

Dariane Cordeiro de Araújo*

Marlon Garcia da Silva**

Resumo: O artigo analisa criticamente a obra “A sociedade de consumo”, de Jean Baudrillard, polemizando contra as teses do autor sobre a natureza, as raízes e imbricações do consumo no capitalismo da segunda metade do século XX. Nesse âmbito, busca retomar teses e argumentos clássicos do marxismo, sustentando a impropriedade das cisões entre as formas do consumo e as formas da atividade, da produção e da sociabilidade matrizadoras e preponderantes das interações entre complexos parciais da totalidade econômica. Assim, a análise de Marx do fetiche da mercadoria é ininteligível sem a consideração da produção mercantil e da sua especificidade capitalista, tampouco a categoria da alienação e a consideração das suas condições de possibilidade de suprassunção podem ser consideradas suficientemente, se forem desvinculadas de suas formas internas, ativas, prático-sensíveis e sociais.

Palavras-chaves: Marxismo; Capitalismo; Sociedade de Consumo; Mercadoria; Alienação.

Abstract: The article critically analyzes Jean Baudrillard's work "The Consumer Society", polemicizing against the author's theses on the nature and the roots and imbrications of consumption in capitalism in the second half of the 20th century. In this context, it seeks to return to classic theses and arguments of marxism, sustaining the impropriety of the detachment between the forms of consumption and the forms of activity, of production, and sociability that matrix and preponderate the interactions between partial complexes of the economic totality. Thus, Marx's analysis of the commodity fetish is unintelligible without consideration of commodity production and its capitalist specificity, nor can the category of alienation and the consideration of its conditions of possibility of supersumption be sufficiently considered, if they are detached from their internal, active, practical-sensible and social forms.

Keywords: Marxism; Capitalism; The Consumer Society; Commodity; Alienation.

* Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisadora bolsista no projeto “Qualificação da formação e do exercício profissional de assistentes sociais da região dos Inconfidentes: a arte como ferramenta de trabalho nas Proteções Sociais Básica e Especial da Política de Assistência Social”, vinculado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-3796-4262>

** Doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1574-7732>

Introdução

O presente artigo tem em consideração teses filosóficas sensíveis e críticas aos fenômenos do fetichismo da mercadoria, da reificação das relações sociais, da alienação e do estranhamento, tendo em vista as relações de consumo no capitalismo, especialmente, desde a segunda metade do século XX.

É razoável ponderar que, tanto em termos práticos quanto teóricos, ou seja, tanto no evoluir crescentemente contraditório do capitalismo, quanto também nas reflexões científicas e filosóficas correspondentes, esses fenômenos se tornam mais abrangentes, extensivos e intensivos. Considere-se, por exemplo, sua exponenciação na vida urbana no capitalismo monopolista no evoluir do século XX, bem como, por outro lado, textos filosóficos em grande medida voltados a esses fenômenos, desde o seminal *História e Consciência de Classe* até o conjunto de textos críticos redigidos por autores situados no âmbito da chamada *Escola de Frankfurt*.

O presente artigo reconhece essas elaborações críticas, e traz, polemicamente, em sua fundamentação teórica, teses marxistas pouco repercussivas ou mesmo conhecidas na filosofia acadêmica e no pensamento filosófico e científico contemporâneos. Nos referimos aqui a teses estabelecidas pelo filósofo húngaro marxista György Lukács em sua obra tardia, em especial, a ideias e argumentos defendidos pelo autor em *Para uma Ontologia do Ser Social*¹. Nesse âmbito, recorre-se também à letra e algumas obras de Karl Marx, para fins de subsídio tanto à leitura da teoria e das categorias lukscsianas, quanto para a armação da estrutura crítica geral do artigo. Nesta arquitetura, consideramos e analisamos criticamente as elaborações, teses e argumentos do inteligente e instigante livro “A Sociedade de Consumo”, de Jean Baudrillard, publicado pela primeira vez no ano de 1970.

O tema proposto consiste no desenvolvimento de um debate crítico tendo em vista o que sugerimos como destituição ontológica procedida no texto de Baudrillard. Neste sentido, o senso de realidade e a perspicácia do autor francês no tratamento crítico de fenômenos contemporâneos como fetichismo e reificação, quando o mesmo busca apreender novas determinações e formas de expressão desses fenômenos nas relações de consumo na segunda metade do século XX, mostram-se, não obstante certos méritos inequívocos, a nosso ver,

¹ A polêmica obra “Para uma ontologia do ser social”, inacabada e póstuma, na qual o filósofo húngaro marxista György Lukács trabalhou de meados dos anos 1960 até o início de 1970, sustenta, em termos inéditos, a existência de uma ontologia histórico-materialista e dialética do ser social na obra de Karl Marx, uma ontologia que não coincide com metafísica, com absolutos e com invariáveis, na qual a substância é tomada como o que persiste na mudança, e as categorias não são meros enunciados sobre “algo que é ou se torna, mas sim partes moventes e movidas da própria matéria”, “formas de ser, determinações da existência”, de modo que o seu objeto é “o ser e suas transformações” (Lukács, 2014).

parciais, limitados e insuficientes, uma vez que o autor cinde e corta as ilações substantivas entre os fenômenos e os processos do consumo com suas determinações mais fundamentais, de base, da produção e reprodução do capital e da sociabilidade burguesa como totalidade orgânica. É nesse sentido que podemos pensar, em termos iniciais, a referida destituição ontológica.

Buscaremos procedimentos capazes de favorecer e facultar o desvelamento das determinações objetivas e subjetivas que se encontram nas bases, nos fundamentos, nas relações sociais historicamente travadas, por vias que sugerem, a nosso ver, não só a necessidade do estudo de caráter ontológico, no sentido aqui aludido, mas também, articuladamente, da crítica ao sistema econômico vigente, capitalista, alicerçado nos imperativos de expropriação da riqueza social, socialmente produzida e, por conseguinte, movente e movido nas relações de poder e dominação que atravessam as lutas de classes sociais antagônicas.

O artigo está dividido em quatro tópicos, que correspondem ao desdobramento científico da abordagem materialista, histórica e dialética, do objeto delimitado, no âmbito do qual são desenvolvidas provocações acerca das formas de ser e de consciência, desde as relações do trabalho, da produção e da reprodução social da vida material e subjetiva, suas categorias, dinâmicas e regularidades, indissociáveis do contexto histórico e da ordem burguesa tomada como totalidade social.

Nesses movimentos, a análise da obra de Jean Baudrillard permite o desenvolvimento preambular de uma crítica que pretende ir além do exame estrito da própria obra. Quer dizer, busca-se entender a problemática por trás do pensamento do autor acerca do consumo e das relações nele implicadas, um pensamento, a propósito, representativo de tendências importantes da chamada teoria social crítica contemporânea.

Nessas vias, considera-se também, como aludido nestas linhas, certo distanciamento que a obra estabelece de um pensamento, por assim dizer, mais radical, no sentido marxiano de “ir à raiz” dos fenômenos sociais, aos fundamentos sócio-materiais da produção, sem o que, sugerimos, não se pode compreender com clareza, no limite, as relações de consumo, suas determinações, desdobramentos e formas de expressão, bem como, não se pode compreender tampouco as relações de distribuição e de circulação de mercadorias no capitalismo em geral e no período considerado.

Estas preocupações de base e inquirições pretendem, pois, estender a reflexão a um nível de argumentação capaz de situar os fenômenos prático-sensíveis e subjetivos do fetichismo e da reificação num quadro analítico mais abrangente, de totalidade social, no qual não sejam subestimadas, menos ainda excluídas, as relações sócio-materiais da base produtiva e

reprodutiva do capitalismo e da sociedade burguesa nas suas conformações complexas, especialmente, desde a segunda metade do século XX.

Sacralização da mercadoria e alienação na sociedade de consumo

Neste tópico dedicado à análise das teses de Jean Baudrillard no livro “A sociedade de consumo”, convém iniciar situando que o autor francês dedica grande parte de suas obras ao desvelamento das dinâmicas sociais estabelecidas em face de um contexto histórico moderno e, especialmente, contemporâneo, tendo em vista os desdobramentos extensivos e intensivos da mundialização do capital e dos fenômenos expressos através da hipertrofia do consumo e da chamada cultura de massa.

Escrevendo num período que consiste entre os anos de 1968 até o início do século XXI, Baudrillard desenvolveu uma forte crítica ao consumo e às relações sociais voltadas à lógica da mercantilização geral dos produtos humanos, da cultura e da arte, ao passo em que direciona importantes provocações acerca dos fenômenos alienantes da virtualidade dos signos, da culturalização, da ambiência moderna voltada à fomentação do consumo e, sobretudo, ao que ele estabelece como a perda da essência humana em prol da funcionalidade objetificada enquanto aspecto central da sociedade moderna.

Tendo em vista o interesse das presentes reflexões em fomentar um debate que perpassa problemas do que estamos sugerindo como destituição ontológica, no sentido brevemente aludido nas linhas introdutórias acima, passa-se aqui a uma breve exposição de ideias vertebrais do livro “A Sociedade de Consumo” (1970), uma vez que o minucioso estudo feito por Baudrillard assume uma firme proposta de crítica à sociedade contemporânea, com vistas a desvelar o fenômeno do espelhamento do gênero humano respaldado no feitiço da mercadoria, contribuindo de forma considerável para se pensar e discutir a matéria delimitada.

O livro é dividido em três partes, quais sejam, a primeira, “A liturgia formal do objeto”, seguida da “Teoria do consumo”, e de uma terceira parte, “Mass media’, sexo e lazeres”, além da conclusão, intitulada “Da alienação contemporânea ao fim do pacto com o diabo”, em que o autor, em sintonia com preocupações de certas correntes de pensamento em voga na segunda metade do século XX, discorre acerca do caráter mistificador da mercadoria, bem como, do aspecto fantasmagórico e oculto que ronda as relações humanas alienadas à lógica do consumo, além de abordar noções psicossociais que determinariam o desejo de consumir e, por conseguinte, atuariam na esfera social enquanto árbitro das relações sociais.

A noção de alienação trabalhada por Jean Baudrillard é de suma importância para suas teses principais, assim como para as reflexões do presente artigo, visto que possibilita um

diálogo e uma crítica ontológica, de caráter histórico-materialista, como esperamos clarificar no andamento crítico da análise ora desenvolvida.

No início da obra “A sociedade de Consumo”, o autor introduz a crítica à sociedade moderna atrelada ao fenômeno da “profusão” do consumo, e o caracteriza enquanto parte central e elementar do modo ativo das relações humanas no capitalismo avançado, sendo essas as relações estabelecidas entre membros da sociedade, bem como, relações entre o homem e a mercadoria. Assim, a cultura, a arte, e as formas subjetivas em geral, são imbricadas em uma lógica asfixiante, implícita e alienante, de um sistema societal voltado à produção sistemática e ambivalente do consumo, retroagindo, outrossim, seu modo operante e ativo sobre as formas de consciência e sobre a subjetividade, tudo imbricado e impulsionado pela publicidade (o chamado “mass media”, e os “fait divers”)².

Tal contexto supõe a “sacralização da mercadoria”, tida enquanto mito, que vai além das formas figurativas e distantes da religião, isto é, um mito observado e abstraído da realidade, que se põe para além da cultura espontânea, e é absorvida no imaginário coletivo como principal alicerce da sociedade moderna.

A análise de Baudrillard acerca da mistificação por trás do objeto, revela uma sociedade em vertigem, bem como, desprovida de razões e métodos para subverter a realidade duramente imposta pelo sistema integrado à produção de lucro e à manipulação psicossocial de sujeitos que conhecem apenas a realidade fantástica da amálgama de objetos que os cercam. Nesse sentido, o autor considera que “a prática dos signos é sempre ambivalente” e “tem como função esconjurar”, num “duplo sentido”, qual seja, “fazer surgir”, emergir, “para captar por signos (as forças do real, a felicidade, etc.) e evocar algo para recalcar”, de modo que “o pensamento mágico nos mitos procura conjurar a mudança na história” (Baudrillard, 1970, p. 23).

Desse modo, a panóplia³, o drugstore⁴, e as fileiras de mercadorias presentes no mundo moderno, correspondem a

uma corrente de produtos que se fortalecem enquanto feitiço, enquanto representação fantástica que contém em si, no nível mais profundo de abstração, a exteriorização do gênero humano no ato de espelhamento que

² “Fait Divers” consiste em um termo jornalístico que corresponde a notícias que contém informações de gênero extraordinário. Jean Baudrillard entende a importância na atuação das *fait divers* para o *mass media*, uma vez que, esta categoria é tida enquanto molde para a interpretação lúdica fantasiosa que os veículos de informação usam, no intuito de manipular as massas.

³ A palavra “Panóplia”, que originalmente era utilizada para designar o conjunto da armadura de um soldado grego, contemporaneamente, designa um agrupamento de coisas de mesma categoria, remetendo à abundância e afluência. Baudrillard usa o termo para designar a coleção profusa de mercadorias que se organizam e amontoam-se de forma estratégica para instigar o consumo.

⁴ O “drugstore” é um centro comercial que, para Baudrillard, reúne em si a síntese simples da profusão da mercadoria, com o cálculo lógico e estratégico de objetos, ou seja, um ambiente estrategicamente criado e aperfeiçoado para contemplar a abundância de mercadorias e a afluência do consumo.

ultrapassa a identidade própria do sujeito, e encarna em um mundo materializado através dos signos, mistificações e da sacralização da mercadoria (Araújo, 2023, p. 14).

Em “A liturgia formal do objeto” (Baudrillard, 1970, p. 23), o autor desenvolve uma forte crítica ao consumo enquanto regulador das relações sociais, e afirma que a produção humana se torna tão escrava do consumo de forma a criar, no imaginário moderno, a representação do significado do objeto, pautada em uma fantasia inesgotável, imbricada a uma logicidade danosa das representações simbólicas na ordem societária vigente, ao passo em que é manipulada e impulsionada pela criação de shopping centers, lojas e vitrines decorativas que compreendem parte de uma ambiência pensada ou manipulada para a produção do consumo; simbolizando, ao menos, a insultuosa evidência de que o desejo humano pelo consumo se esvai para além da necessidade: é pautado na demasia e na naturalização de signos.

Em aproximações à relação entre produção e consumo, pode-se entender que o autor considera que o domínio ideológico das representações fantásticas da mercadoria não quer dizer, necessariamente, que as relações sociais não se conformem sob o imperativo categórico, econômico e político de uma dinâmica específica de produção social. Entretanto, pode-se entender também que Baudrillard estabelece, inexoravelmente, que a sociabilidade é integrada a uma ordem meticulosa e alicerçada nas bases do consumo, que se expande e prepondera para além da ordem de produção, uma vez que, a ordem do consumo e da sociabilidade é moventemovida pelos princípios e imperativos dos signos, do pensamento mágico e sensível.

No item “O estatuto miraculoso do consumo” (Baudrillard, 1970, p. 23), o autor expõe o “mito dos melanésios”, propondo uma analogia entre os sujeitos que integram a sociabilidade profilática do sistema vigente e os indígenas melanésios: no mito exposto pelo autor, os indígenas, apontados como “primitivos”, passavam grande parte do tempo a observar os aviões que sobrevoavam suas casas e sempre pousavam distantes, onde os brancos estavam. Nessa situação, os indígenas decidiram montar um simulacro de pista de pouso, na esperança de que o avião enfim pousasse em sua ilha. Baudrillard procura, através deste e de outros mitos ao longo do livro (Baudrillard, 1970, p. 22), evidenciar que existe um estatuto categórico que obedece ao amálgama de mercadorias do mundo contemporâneo, e que consiste na criação de um simulacro da vida moderna, que instiga a esperança do consumidor, correspondendo à uma “ludicidade mágica que governa o imperativo do consumo pautado na mentalidade primitiva e automatizada” (Araújo, 2023, p. 16), ou seja, uma ludicidade responsiva à fantasia miraculosa do consumo, que infere o desejo pelo objeto, baseando-se decisivamente na crença irracional na superioridade de um amálgama de signos, ilusoriamente antecipando a felicidade e satisfação

de possuir um objeto baseado em uma significação subjetiva, colocando em evidência a relação de fruição com a possibilidade do objeto, uma satisfação virtual e abstrata.

O objetivo desta analogia consiste na afirmação de que o consumidor e o indígena se amparam, não na apropriação da coisa em si, mas na captação fantástica e imagética de que, segundo a lógica milagrosa, o desejo do consumo possa antepor e proporcionar uma satisfação de potência superior à da realização concreta em si (Araújo, 2023, p. 16-17).

Assim, uma vez que opera no imaginário coletivo uma liturgia cega e fantasmagórica da profusão de objetos, é imprescindível constatar que o prazer real, diferenciado da lógica mercantil, não está presente na realidade concreta da sociabilidade vigente. Esse prazer, assim como tantas outras categorias humanas (felicidade, liberdade, lazer, igualdade), consiste unicamente no espelhamento de suas representações abstratas, condicionadas ao mito do prazer através do consumo. A liberdade, falsa sensação de individualização que é embutida no imaginário coletivo e que assume o papel mistificado de “liberdade de escolha”, não se dá concretamente, pois que não há escolha autêntica, uma vez que o sistema, de antemão, condiciona e impõe vontades, sentimentos e ideias, etc., de caráter abstrato-mistificador.

No que concerne ao tema da produção humana e socialmente voltada à profusão da mercadoria, Baudrillard postula que o processo de racionalização das forças produtivas, no capitalismo, favorece o mito de que a sociedade percorre constantemente processos de caráter revolucionário, mas na realidade, também isso constitui-se, para o autor, apenas como um simulacro, uma vez que condiciona um processo geral muito maior atrelado a um sistema de valores determinados que nunca se revolucionou efetivamente.

O que poderia ser uma revolução humana, social, na era da ambiência e dominância dos objetos, seria apenas algo esvaziado de conteúdo real e concreto, portanto, longe de ser concebido enquanto *possibilidade* real. O Estado mantém, nesse sistema, o papel de árbitro das relações sociais, que nada faz além de conservar as desigualdades e vender a falsa sensação de igualdade.

Baudrillard entende que a sociedade não é constituída de tendências naturais harmoniosas, defendendo que existe um sistema de *castas* entendido dentro de uma separação entre grupos que se organizam e manipulam as necessidades sociais.

Desse modo, não se pode analisar a relação do indivíduo empírico-imediatamente ao objeto, ao contrário, deve-se entender que existe um sistema de necessidades condicionadas, que não necessariamente dependem do indivíduo para serem concebidas, onde o sistema ambivalente de signos se torna tão central que ultrapassa e manipula as reais necessidades dos indivíduos, aglutinando o processo de produção da consciência individual enquanto dependente

da relação de reflexos exteriores da significação dos signos atrelados à arbitrariedade de um sistema condicionado de consumo, sugerindo a existência de um sentido semiológico e intercambiável entre as formas condicionadas à realidade, e a abstração da consciência individual.

Baudrillard, durante toda a exposição e desenvolvimento das teses e argumentos do livro, exprime a noção de que a prática do consumo no grande quadro social contemporâneo consiste nas novas formas de consciência moldadas através da profusão da mercadoria, imbricadas no desenvolvimento de uma consciência coletiva voltada à abstração do objeto e das demais relações sociais que se seguem.

Existe, em Baudrillard, uma forte alusão à evolução da humanidade de forma progressiva e material que obedece ao imperativo dos objetos e das significações psicologizantes que rodeiam o espectro cultural-histórico. A relação entre a finitude de objetos (o fim da vida útil de um produto), e o espelhamento social neste curto ciclo, presume a ideia de que, subjetivamente, a sociedade moderna vive em ciclos curtos nas suas relações sociais, afetivas e de trabalho, pautados, essencialmente no tempo dos objetos.

O autor sustenta um fluxo de pensamento voltado a entender criticamente a lógica da sociedade de consumo como autossustentável, uma vez que esta depende dos marcadores de miséria e fome para que o milagre do objeto e que a simulacro da realidade objetiva continue impelindo, no ciclo que corresponde ao movimento material da sociedade moderna, a fetichização do objeto.

Assim, e, à medida em que a pobreza e a desigualdade reúnem, enquanto problema residual de tal movimento, a integralização do sistema, correspondendo à fomentação de um sistema cultural e político moderno que reafirma a ideia de “forças produtivas”, tais estruturas sociais seriam, em tese, capazes de manter, junto à noção do simulacro do objeto, o que o autor denomina como “sistema industrial de pobreza”.

A noção dos direitos ao trabalho e à propriedade residem essencialmente a esta lógica: “não há direito ao espaço senão a partir do momento em que já não existe espaço para todos” (Baudrillard, 1970, p. 57). Assim, o autor afirma que os direitos humanos são falsos, e que correspondem à narrativa ilusória do mito da abundância; quando cita o “direito ao ar puro” demonstra, através do exemplo, que transformar algo que naturalmente já existe em direito é o mesmo que desnaturaliza-lo, mercantilizando bem naturais, que passam agora a integrar a categoria de bem útil e indispensável, porém raro, fazendo parte de uma divisão de consumo que acomoda uma redistribuição social desigual. Baudrillard pensa que constitui um traço básico do capitalismo: a passagem de bens naturais a bens de consumo, a necessidade de

transformar o que é o direito natural do homem a um direito adquirido em meio a concessões previamente julgadas, ou seja, a fomentação da desnaturalização do real e natural, e uma naturalização de ideário místico e falso (Araújo, 2023, p. 24).

É importante frisar o trato que Baudrillard invoca ao conceito do “fetichismo”, dado o contexto e sua linha própria de pensamento; é necessário se atentar ao fato de que o feitiço da mercadoria, que se constitui enquanto principal ideologia que sustenta teoricamente a sociedade da abundância, advém da relação de dependência das estruturas sociais ao objeto, e não rondam o espectro das relações sociais do trabalho em si, embora, na visão do autor, a divisão social do trabalho e a propriedade privada estejam essencialmente interligadas na lógica sufocante do consumo. O feitiço aqui reside na relação das formas de consciência imbricadas ao sistema cultural, histórico e político da ambivalência dos signos do consumo, enquanto fenômeno psicológico fomentado a partir dessa lógica, assim, estes são os pontos principais da crítica que o autor desenvolve durante toda a obra.

Tendo isso em vista, Jean Baudrillard problematiza a passividade da sociedade moderna referentes às questões voltadas ao sistema social opressor, uma vez esta reside na conformidade jocosa com o sistema, e, numa análise quase que psicológica, o autor discorre acerca de uma conversão de sentimentos que, em forma de permuta, são perpassados por vários sintomas psicossomáticos, (a náusea, a melancolia, o estranhamento etc) e se assemelham com a lógica do consumo, ou seja: multiplicam-se, confundem-se em si mesmas e distanciam-se cada vez mais do real objeto de angústia. Todos esses processos caminham no sentido da desconstrução e dissociação da ambivalência do desejo, uma vez que a somatização negativa do desejo desemboca em reações negativas (violência e fadiga), ao passo em que a desconstrução positiva de tais males constitui a vazão às necessidades e satisfações mitológicas.

Baudrillard assume que a relação incessante de elementos opostos e contraditórios não é explicada pela antropologia necessitante de maior análise dos fenômenos aqui tratados, perpassando pelo entendimento do consumo enquanto processo global de conversão, de transferência e inversão simbólica de uma carência projetada na abundância de objetos, bem como, a necessidade de uma análise que leve em consideração a generalização da teoria do objeto parcial aos processos de somatização, sendo assim, examinando a intercorrência entre vivência de um indivíduo na esfera material e subjetiva, que o leva, dentre todas as vias, a tornar-se também um mero objeto desta lógica violenta a que se respalda a sociedade moderna de consumo.

É possível aferir, acompanhando as teses do autor, que a humanidade, acometida por um estado geral de angústia e melancolia, segue o ímpeto do consumo através de gatilhos

disparados nos âmbitos psicológico e imaginativo, uma vez que se atribui aos signos a significação das relações sociais que são alicerçadas nessa dinâmica das trocas abstratas, mercantis. Para Baudrillard, existe e persiste na humanidade uma interpretação ilusória e inquebrável, relacionada ao espelhamento da sociedade em formas fantásticas e inalcançáveis.

Tendo isso em vista, no tópico de desfecho do livro, a “Conclusão”, intitulada “Da alienação contemporânea ao fim do pacto com o Diabo” (p. 199), Jean Baudrillard procura explorar a relação entre o indivíduo e a sua representação fantasmagórica e imagética, resultado das dinâmicas imbricadas na lógica mistificadora do objeto. A dicotomia e a inversão entre o real e o abstrato evidenciam as problemáticas que rondam o inquebrável vínculo entre o mundo externo e o sujeito particular.

Convém aqui mencionar, em termos breves, que o autor, em sua argumentação, faz uma incursão e uma analogia com o filme “O estudante de Praga” (1913), dirigido pelo dinamarquês Stellan Rye, e codirigido por Paul Wegener, cuja história mostra a vida de um estudante que, tendo poucos recursos materiais-financeiros, faz um pacto com o Diabo: vende sua própria imagem em troca de muito dinheiro. Todavia, desde então, o estudante se depara com a sua própria imagem, seu espectro fantasmagórico, usurpando o seu ser no mundo, numa situação cada vez mais inversora e insuportável, que leva o estudante a iniciativas para matar a duplicação fantasmagórica de si. Na cena final, atirando na imagem, quem morre é o próprio estudante.

Tal nível de abstração é de extrema importância para concluir a articulação dos conceitos que o autor constrói na argumentação que atravessa o livro. É nesta parte final que Baudrillard, fazendo uma analogia com o filme citado, procura destrinchar a alienação enquanto a evidência de que o indivíduo, sob o imperativo do consumo no mundo contemporâneo, tem a representação e a significação de si mesmo externalizada, alienada, objetificada e perdida.

Uma vez que a profusão do consumo mantém o movimento das dinâmicas sociais fantásticas, Baudrillard compreende que tudo que se perde em termos de vida social e concreta se mantém intacto na esfera privada e abstrata da existência humana.

A humanidade, subordinada a viver sob os inúmeros imperativos condicionantes do sistema de consumo, é intrinsecamente condicionada a viver, portanto, sob a impossibilidade de afirmar, mas também de negar, a essência real e concreta de si própria. Esta que se perde, se autonomiza, ganha vida própria, voltando-se contra e assombrando os próprios seres humanos.

Em decorrência, é muito importante citar o item “Fim da transcendência” (Baudrillard, 1970, p. 134), em que o autor francês reitera a concepção de que o fator que determina as

relações sociais e que ronda o espectro da cotidianidade é pautado, necessariamente, num conjunto de representações e significações subjetivas, sígnicas e abstratas.

Jean Baudrillard afere que a sistematização da profusão do consumo, sob o signo da mercadoria, demonstra que a era da alienação é tão ofuscante e hiperbólica que todos os aspectos da cotidianidade e das relações sociais são subjugados à lógica da representação imagética da vida humana através do imperativo dos signos.

A alienação, à vista disso, protagoniza um momento desviante do que seria a essência humana, onde, alicerçada nas formas espelhadas e fantasmagóricas dos signos, tem-se a noção de que a alienação generaliza a vida humana a tal ponto que não exista mais alma, nem luta, nem a possibilidade de superação desse estado de coisas.

Dá-se apenas a emissão e a recepção de signos, abolindo-se o ser individual no interior dessa combinatória e no cálculo de signos... O homem do consumo nunca encontra-se perante as próprias necessidades, como também se vê jamais diante do produto de seu trabalho, também nunca se defronta com a própria imagem: é a imagem do signos que o ordena. Acabou-se a transcendência, a finalidade, o objetivo: a característica de tal sociedade é a ausência de reflexão e de perspectiva sobre si própria (Baudrillard, 1970. p. 206).

O autor considera, pois, que no capitalismo contemporâneo, na sociedade de consumo, caracterizada como uma “sociedade pós-industrial”, de “abundância”, “profusão” e “panóplia” das mercadorias, o próprio “duplo” de si dos produtores, se multiplica infinitamente sob formas sígnicas, tornando muito mais abrangente, complexo e ativo o problema e a vigência da alienação, interditando qualquer possibilidade de reversão dessa situação, nos circuitos fechados da imersão humana na imanência do consumo.

A categoria da alienação em Marx

Nesta sessão, o estudo tem por objetivo tratar de forma preambular, breve, aproximativa, reflexões de Karl Marx em torno das categorias “alienação” e “estranhamento”, bem como das análises que o autor faz sobre a mercadoria, e sobre as formas de consciência humana implicadas nessas bases sócio-materiais e relações, especialmente, na sociabilidade burguesa.

Convém começar com uma breve incursão por um texto bastante recuado das elaborações do autor, os chamados “Manuscritos Econômicos e Filosóficos”, de 1844, mais especificamente, por algumas referências ao tópico “Trabalho estranhado e propriedade

privada” (Marx, 2008, p. 79), onde Marx inaugura o desvelamento de temas que serão desenvolvidos com mais determinações em suas obras posteriores⁵.

Pode-se considerar que o fato de Marx, nos processos formativos de um pensamento original, ter sido influenciado inicialmente por elaborações filosóficas, especialmente aquelas formuladas por Hegel, para só depois mergulhar a fundo em elaborações de caráter, por assim dizer, mais especializado e científico, notadamente, nas suas incursões pelo campo da crítica da economia política, converge para o surgimento de um tipo específico de teoria social, caracteristicamente abrangente, ou seja, interessado em situar não apenas o “como” dos objetos investigados, no caso, a sociedade capitalista e suas categorias, mas também o seu “que” e o seu “de onde para onde”.

Essas considerações são importantes para antecipar referências a possíveis críticas que tendem a datar e descartar como anacrônica uma teoria social pretensamente superada, que, no entanto, é bastante cuidadosa, por exemplo, em investigar as formas determinativas originárias, bem como certas regularidades e continuidades que persistem nas mudanças histórico-sociais, isso quando se tem em vista formações e formas de sociedades diversas, e também quando se consideram as próprias metamorfoses internas à ordem do capital e do capitalismo, cujas leis gerais e essenciais têm se mostrado persistentes nas mudanças, por assim dizer, de caráter histórico-fenomenológico.

A nosso ver, uma leitura isenta de preconceitos ideológicos gnosiso-epistêmicos, de juízos extrínsecos ou formados *a priori*, da obra de Marx, desde os seus textos de juventude, põe em evidência a referida capacidade abarcadora e os tipos diversos de vias que o pensamento do autor percorre e perscruta na decifração da realidade social com a qual se defronta.

Avesso a pontos de partida absolutos, nos “Manuscritos econômico-filosóficos”, o autor consolida e desenvolve aquisições precedentes obtidas de confrontos com as filosofias de matriz idealista e de matriz materialista, em diversos de seus expoentes, especialmente os modernos, e crava que em suas análises o ponto de partida é um “fato político-econômico atual”, constatado por vias empíricas, qual seja, a relação de “externalidade hostil” “entre produtor e produto” do trabalho, nas relações da propriedade privada capitalista (Silva, 2018, p. 43). O termo alemão que expressa essa relação é *Entfremdung*, por vezes traduzido em

⁵ Como é sabido, textos importantes de Marx, como “Manuscritos econômico-filosóficos” e a íntegra de “A ideologia Alemã”, entre outros, só vieram a público no início dos anos 1930. Desde então, as posições diante da leitura desses textos repercutiram sobre tipos diversos de marxismo que se desdobraram no século XX. Assumimos aqui a posição que compreende que esses textos têm muito a contribuir com a abrangência e a potência do alcance da teoria social de Marx, atravessada por reflexões e elaborações de caráter filosófico, científico e político.

português por estranhamento, tendência mais contemporânea que parece, a nosso ver, mais apropriada e precisa.

Essa relação da externalidade hostil compreende uma forma mais fundamental, interna e ativa, onde a atuação transformadora da atividade humana, sensível, consciente e social, traduz o processo e as resultantes pelos quais o emprego, a externalização e a transferência das energias corporais, físicas e mentais, dos produtores, se objetivam como perda, materializadas nos objetos produzidos, nas relações da propriedade privada capitalista, nas quais esses produtos da riqueza socialmente objetivada é propriedade privada, nos termos de Marx, de outrém, do capitalista. Essa exteriorização ou externalização e objetivação de forças vitais dos produtores e do trabalho como transferência e perda caracterizam, para o autor dos *Manuscritos de 1844*, o trabalho alienado, a forma ativa e as determinações mais fundamentais da alienação [*Entäusserung*], imbricadas ao fenômeno do estranhamento, na formação, pois, de um par categorial inextrincável.

Para os propósitos da argumentação que interessa ressaltar aqui, essas elaborações em torno da alienação e do estranhamento, que constituem o centro nervoso desses *Manuscritos*, deixam claro o amálgama entre forma de atividade e de ser e formas de consciência. Chama a atenção o tipo enérgico de elaboração teórica do autor, a força e a energia de arrancar de expressões materiais prático-sensíveis e cotidianas, de caráter marcadamente fenomênico, para a escavação de determinações e articulações mais mediadas e ocultas sob a aparência, para alcançar, por esses movimentos, generalizações caracteristicamente filosóficas (Silva, 2018, p. 33), tais como o enunciado de acordo com o qual “na forma da atividade reside o caráter de uma *species*” (Marx, 2008, p. 84).

Note-se ainda que esta generalização é desdobrada, nesses mesmos *Manuscritos*, em duas direções: em comparações da forma da atividade no âmbito das formas de ser da natureza em geral, tendo em vista e consideração, especialmente, a natureza orgânica e os animais superiores, e na direção, ainda e principalmente, das formas concretas da atividade, da sociabilidade, dos sentidos, sentimentos e formas de consciência sociais, do seu engendramento prático-sensível às suas formas mais mediadas e abstratas.

Não é difícil perceber que esse tipo de elaboração é avesso, ressalte-se, *por princípio*, a quaisquer procedimentos teóricos que, de alguma forma, cindem os planos da objetividade social, tomada como unidade contraditória de materialidade e processualidade, e da subjetividade social, e isso por uma razão relativamente simples: as formas da subjetividade são, elas próprias, constituídas e desdobradas, desde suas raízes, no chão das relações de

produção e reprodução da vida social, afirmadas, pois, como predicados constitutivos e entificadores da própria forma de ser, em circunstâncias históricas determinadas.

É claro que, em termos mais concretos, a consciência pode imaginar ser algo distinto do ser consciente, seja em formações e formas de sociedade mais recuadas, de poucas forças produtivas próprias, seja em formações e formas de sociedades mais complexas, como a capitalista, burguesa, na qual também, conforme a argumentação em curso, os produtos dominam os produtores, na forma de riqueza social materializada em mercadoria, dinheiro, capital.

Na argumentação bastante sumária aqui procedida, tendo em vista fins mais estritos de estabelecer elaborações e posições instigantes e, nosso ver, instrutivas, de Marx sobre a categoria da “alienação”, posições distintas daquela estabelecida, por exemplo, por Jean Baudrillard, talvez seja suficiente ressaltar uma forma principal pela qual as forças e formas da atividade social são usurpadas, objetivadas, materializadas, nas aludidas relações de alienação e estranhamento, abarcadoras da prática sensível e das formas da consciência: nos referimos aqui a elaborações germinais do autor sobre o dinheiro, analisado e decifrado em termos afloratórios a partir de suas expressões fenomênicas no advento e consolidação da modernidade burguesa.

Neste sentido, pode-se indicar, por exemplo, o poder inversor do dinheiro que, “enquanto conceito existente e atuante do valor, confunde e troca todas as coisas, ele é então a confusão e a troca universal de todas as coisas, portanto, o mundo invertido, a confusão e a troca de todas as qualidades naturais e humanas” (Marx, 2008, p. 38).

Ocorre que, para o autor, a natureza, o poder e a função social do dinheiro se coadunam com “a propriedade privada material, imediatamente sensível”, quer dizer, é a “expressão material-sensível da vida humana estranhada”, na forma da atividade e da sociabilidade. Neste ponto, Marx considera que o movimento da propriedade privada, “a produção e o consumo”, “é a manifestação sensível do movimento de toda a produção até aqui, isto é, realização ou efetividade do homem”, de modo que “Religião, família, Estado, direito, moral, ciência, arte etc. são apenas formas particulares da produção e caem sob sua lei geral” (Marx, 2008, p. 106).

Destacamos linhas acima a força que os princípios assumidos por esse tipo de construção teórica desempenham na apreensão razoável de ordens determinativas, de articulações, interações e relações de reciprocidade entre os complexos sociais gerais, no âmbito dos quais o complexo socio-material da economia e, nele, o complexo da produção, desempenham, na conformação de elos tônicos e sobredeterminantes das formas, modos e direção de uma totalidade social determinada.

Com isso, queremos sugerir, em termos iniciais, um quadro de referência alternativo ao estabelecido por Baudrillard em a *Sociedade de consumo*, um quadro obtido a partir do que, polemicamente, estamos sugerindo como sendo uma elaboração de caráter ontológico materialista, histórico e dialético, enquanto tal, interessante de ser visitado, pensado e discutido.

A nosso ver, o estudo introdutório apresentado nas linhas acima pode ser articulado com elaborações e aquisições da obra posterior de Karl Marx, como os chamados “Grundrisse” (1857), e também, especialmente, “O Capital - Volume I” (1867), especificamente o primeiro capítulo, intitulado “A Mercadoria”, com o que se pode avançar no debate proposto.

Duplo caráter da mercadoria e fetichismo

Tendo em vista os limites e o escopo do presente artigo, passaremos, suprimindo mediações, a considerar algumas elaborações principais avançadas em escritos de maturidade de Marx, notadamente, aquelas que se apresentam na obra magna do autor, “O Capital”.

Em relação aos interesses delimitados nas presentes reflexões, a apresentação dos nexos que compõem o entendimento da forma mercadoria e das formas de valor é de extrema importância, uma vez que é através dessa análise basilar que se torna possível compreender a relação fantasmagórica que ronda o espectro da mercadoria, sua profusão, a mistificação que ronda as formas de valor, no que diz respeito à abstração da real forma da mercadoria, desembocando no que o autor classifica como “fetichismo”. Assim, a investigação da forma mercadoria e suas determinações perpassa, primeiramente, pela análise de sua forma elementar, a fim de levar luz acerca do entendimento da realidade da profusão desses objetos enquanto determinadas por um processo histórico, social e ativo, bem como, desvelar o véu místico que cobre a verdade sobre esse processo.

É importante reiterar que o autor considera as propriedades físicas da mercadoria enquanto seu valor de uso, categoria sensível e material que incorpora sua evidente função útil enquanto objeto externo de uso humano, não só para satisfazer as necessidades materiais, mas também as psíquicas, intelectuais etc.

Isso dito, Marx reitera que, por outro lado, a forma do valor *abstrato* da mercadoria reside na condição socialmente determinada pela realidade que se apresenta aos indivíduos em um contexto específico de tempo e espaço e do desenvolvimento da atividade produtiva socialmente necessária, de modo que o valor é advindo da relação de *troca* entre mercadorias.

O valor abstrato (sensível-suprassensível) embutido e corporificado na mercadoria é nada mais que o valor de troca, abstraídas as diferenças específicas entre valores de usos distintos, concretos, bem como abstraída a própria dimensão concreta de trabalhos distintos,

reduzidos a dispêndio de energias corporais no tempo, e sua coagulação dos produtos do trabalho.

Assim, a constituição e a profusão da mercadoria compreendem também, em suas formas originárias e fundamentais, a função de suporte material e sensível do amálgama de objetos que carregam e expressam o valor de troca.

É na qualidade de razão quantitativa, que o valor de troca supõe a troca simultânea de um valor de uso com outro valor de uso de diferente característica e função (1 tonelada de ferro = 1 braça de linho), o que, em análises mais desenvolvidas, permite a compreensão de que o trabalho empregado em diferentes mercadorias e feito por diferentes indivíduos, no cálculo geral do valor, é, também, igualado e mediado apenas pela grandeza do valor: o tempo.

Em geral, o tempo de trabalho humano socialmente necessário em certas circunstâncias é o determinante da grandeza do valor do produto, evidenciando que o tempo do processo de produção de um determinado produto é equivalente, em valor, com o processo de um produto distinto desde que ambos demandem o mesmo tempo em suas produções. Assim, a mercadoria, enquanto valor, é uma forma complexa que compreende em si o tempo de trabalho socialmente necessário e o trabalho fundido e cristalizado na materialização do objeto, ou seja, o dispêndio de energia vital e corporal do trabalhador. Sobre essa dinâmica de igualização abstrata dos produtos do trabalho, e, conseqüentemente, dos próprios trabalhos e da atividade humana, Marx exprime:

Se abstrairmos seu valor de uso, observamos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio, ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato. (Marx, 1957. p. 98).

É importante ressaltar que Marx discorre acerca do valor, não enquanto conceito criado para método de análise, mas compreendendo-o enquanto categoria, antes de tudo, existente em si, na realidade, enquanto aspecto velado de uma relação social pautada na troca de mercadorias que, por sua vez, obedecem a uma lógica quantitativa, de indiferença e equivalência.

Logo, o *valor*, enquanto resultado das determinações das dinâmicas estabelecidas na sociabilidade, é materializado e expresso na relação mercadológica que reside no dispêndio da força de trabalho humano para a criação da forma sensível da mercantil abstrata. O valor tem, assim, caráter histórico-social.

Em suma, é necessário enfatizar: a mercadoria é uma unidade contraditória de valor de uso, corpo físico material e sensível, e, valor, fenômeno abstrato que se expressa através da troca e que, enquanto determinado socialmente pelas relações sociais que são estabelecidas, carrega em si o trabalho humano como base fundamental, uma vez que este é caracterizado como substância comum entre todas as mercadorias, na equação do valor.

A análise da forma sensível-suprassensível da mercadoria, permite, em uma visão crítica, a compreensão da esfera dicotômica que ronda o objeto: para além de seu valor útil, corporificado e material, a mercadoria exprime em si a dinâmica abstrata e “metafísica” pautada e desenvolvida através de determinações histórico-sociais que se fundamentam na substância principal e intransferível do trabalho.

Assim, ter em vista o exame que Marx afere à elementaridade da mercadoria, que a desvela como complexo social, até o desdobramento em formas de valor, permite, entre outras coisas, entender que as relações da atividade enquanto transferência e dispêndio de forças e energias corporais, na sociedade capitalista, obedecem ao imperativo de relações sociais reificadas, posto que estas giram em torno da produção de valores econômicos abstratos, em detrimento das relações sociais, humanas, concretas.

O desvelamento da forma mercadoria comporta o entendimento de que o produto do trabalho não só atende às necessidades materiais concretas de dada organização social, e tampouco existe somente enquanto forma natural da atividade humana, mas que, ademais, o caráter fantasmagórico e oculto da mercadoria, revelado pelo estudo de crítica de economia política empreendido pelo autor, fornece as bases para a compreensão das formas de relações sociais, subjetivas e objetivas, necessariamente ligadas a dinâmicas sociais desenvolvidas na sociabilidade do capital.

Logo, a objetivação da atividade laboral, a equivalência atribuída aos trabalhos distintos, específicos, obedecendo à razão quantitativa e temporal no movimento de troca, explicita a necessidade ímpar de desvelar os nexos que se estabelecem no tocante às relações humanas com o objeto de uso, bem como, com a própria atividade produtiva.

Pode-se considerar que é da maior importância se ater ao fato de que, levando em conta uma ordem societária que se sobrepõe através de determinações sociais do trabalho, a atividade produtiva é necessariamente atrelada às objetivações típicas do modo de produção. Estando subordinada em razão do caráter duplo da mercadoria, e, por conseguinte, o caráter duplo da própria atividade, é importante perceber que as relações estabelecidas nesta sociabilidade obedecem aos imperativos das mercadorias: são relações entre *coisas*.

O fetichismo, em Marx, consiste no processo que se dá a partir da reificação de relações sociais entre produtores de mercadoria. Assim, o autor é perspicaz ao analisar que o espírito oculto da mercadoria reverbera o objeto enquanto forma fantasmagórica das próprias relações sociais, como um espelho que reflete a relação mercadológica que os produtos estabelecem na grande cadeia de objetos, uma vez que estes relacionam-se entre si pelos processos de valorização.

Tendo isso em vista, é importante reiterar que a análise do fetichismo enquanto movimento real que indica a abstração e a objetificação das relações sociais, evidencia a compreensão do processo de produção e reprodução objetivado nas amarras dos movimentos do valor e do capital enquanto totalidade, desvelando a condição fetichizada das relações humanas em seus desdobramentos gerais e específicos, no seio de uma sociabilidade que mantém as relações humanas pautadas na realidade do valor abstrato e na troca.

É imprescindível citar que tal processo não se caracteriza como um elemento psicológico ou do imaginário cultural coletivo. O processo fetichizado das relações sociais, em Marx, pressupõe a existência da ocultação das formas concretas da consciência ao estabelecer a vigência do valor enquanto mediador das relações entre os produtores.

Logo, há, inegavelmente, a evidência de que o movimento típico da realidade material, histórica e dialética do capital permite a compreensão ontológica das relações sociais em essência, ao apreender e expor o seu inverso: a visão crítico-científica que norteia a contraposição entre a soberania do valor e a genericidade humana, e que entende, acima de tudo, que as categorias do trabalho e da produção social consistem em formas principais para desvelar o movimento real que determina a mistificação que ronda o espectro do objeto que subordina e rege a vida do sujeito, do produto que domina e orienta o ser, e o destino do produtor.

Inversão ontológica das relações de preponderância entre produção e consumo

Tendo em vista o interesse em desdobrar o debate na direção de uma crítica ontológica à teoria do consumo, é oportuno fazer uma breve referência também a parte do exame que Marx dedica nos seus estudos econômicos de 1857, vindos a público e conhecidos sob a denominação de *Grundrisse*, onde o autor, tecendo uma afiada crítica à economia política, reitera o fato de que a atividade produtiva é, antes de mais nada, o ponto de partida para a efetivação real do consumo.

Aqui, um argumento principal pode ser indicado tendo em vista o reconhecimento de que a mera articulação entre complexos parciais da totalidade econômica não ultrapassaria a

dimensão de arranjos estacionários, de modo que é imprescindível apreender na articulação interna do ser social o complexo de peso tônico, preponderante, capaz de imprimir, numa unidade dialética, contraditória, as direções tendenciais do desenvolvimento econômico. Este complexo sobreordenador é, para Marx, inequivocamente, o complexo da produção, preponderante, nas interações dialéticas, sobre os complexos da distribuição, da troca, da circulação e do consumo, numa totalidade econômica orgânica, determinada.

Assim, o complexo do consumo, enquanto necessidade básica e vital humana, traz em si, dialeticamente, o momento da produção, implicando no fato de que, enquanto relação de reciprocidade e de preponderância, a produção figura o momento predominante do consumo, uma vez que é a partir da atividade produtiva que se desdobram implicações materiais e subjetivas que correspondem à materialização de uma extensão do gênero humano dispendida e materializada no objeto, na conformação da unidade contraditória entre valor-de-uso e valor. Nas palavras de Marx:

O importante aqui é apenas destacar que, se produção e consumo são considerados como atividade de um sujeito ou de muitos indivíduos, ambos aparecem em todo caso como momentos de um processo no qual a produção é o ponto de partida efetivo, e por isso, também, o momento predominante. O próprio consumo, como carência vital, como necessidade, é um momento interno da atividade produtiva. Mas esta última é o ponto de partida da realização e, por essa razão, também seu momento predominante, o ato em que todo processo transcorre novamente (Marx, 1857. p. 68).

727

Logo, entender esses processos permite, entre outras coisas, a fomentação de uma análise crítica das formas da atividade produtiva e da produção enquanto cadeia objetivamente movida pelos imperativos de valorização do valor, no capitalismo.

As teses de Baudrillard, no intuito de desenvolver a crítica do consumo na sociedade moderna, especialmente nas relações do capitalismo contemporâneo, desenvolve, a nosso ver, insuficientemente, os nexos e mediações dos processos humanos ativos e sociais frente ao consumo, à mistificação da mercadoria, num sistema econômico voltado aos imperativos do lucro.

O que indicamos aqui, afloratoriamente, como inversão ontológica, pode ser localizado no não aprofundamento da análise no desvelamento dos complexos categoriais centrais da produção e complexidade também das formas de consciência, estas indexadas a uma totalidade que se respalda na subordinação da atividade produtiva em torno das relações objetivadas da propriedade privada, e obedecendo uma dinâmica mercadológica, de modo que exprime, ainda que implicitamente, o sintoma sistemático da modernidade, que consiste no esquecimento de

importantes categorias marxistas no desvelamento das formas das relações sociais contemporâneas.

A posição do autor francês, ao conjecturar a análise de uma suposta sociedade “pós-industrial” (Baudrillard, 1970, p. 43), e ao anunciar a impossibilidade de um “fim da transcendência”, leia-se, da superação da alienação (Baudrillard, 1970, p. 205), implica na desistência de uma crítica que propõe análises respaldadas em movimentos mais mediados, mais profundos e mais abrangentes, correspondentes às relações humanas de produção e reprodução material e social, objetiva e subjetiva, na ordem do capital em sentido lato.

Pensando na significação dos signos e das representações abstratas como bases fundamentais que norteiam seu pensamento, Baudrillard projeta, como visto acima, a noção de um feitiço mistificado e oculto da mercadoria, atrelado a um processo psicologizante e subjetivamente definido através de estruturas ideológicas da consciência humana, estas, necessariamente indexadas e experimentadas como consequência de relações sociais que pressupõem a problemática do consumo e do desejo de consumir, concebidos como centrais e determinantes das relações gerais da vida humana, no enredamento, inclusive, das relações de produção.

A destituição que estamos indicando reside justamente na inversão das ordens determinativas das relações de preponderância entre os complexos categoriais centrais que rondam o espectro do ser social nos campos objetivo e subjetivo, nomeadamente, a inversão nas ordens de determinação e peso tônico entre produção e consumo.

A nosso ver, o autor da “Sociedade de consumo”, em suas posições críticas a um sistema que fomenta a hipertrofia, real e objetiva, da esfera do consumo, se distancia, e perde de vista a possibilidade de buscar e visualizar as reais formas das relações, interações e reciprocidades entre de produção e consumo.

A análise que Baudrillard faz das dinâmicas e modos do consumo, a despeito da apreensão crítica de aspectos da manipulação no capitalismo tardio, não dá conta do ciclo que se realinha e se reproduz através da objetivação da consciência humana ao figurar o ciclo da produção enquanto parte naturalmente indivisível deste, onde o consumo, é, como podemos concluir, uma categoria que se situa no interior do momento da produção.

De modo que o autor analisa a categoria do consumo sem se ater suficientemente à materialidade dialética das relações sociais de produção, bem como, sem considerar os complexos determinantes do trabalho e da genericidade humana, e sobre essas bases, as formas de consciência, da alienação e do estranhamento. O que entendemos que se caracteriza como

inversão de categorias e complexos categoriais ontológicos, quer dizer, inscritos na materialidade da forma de ser.

É importante e mesmo necessário ponderar que as contribuições críticas de Baudrillard representam uma relevante crítica às formas do consumo sistemático e típico do quadro social e capitalista contemporâneo. Nesse viés, entende-se que o simulacro da realidade e a mistificação do objeto enquanto representação abstrata e psicologizante culturalmente desenvolvida, caracteriza pontos interessantes que, no entanto, vão para além da representação imagética da mercadoria, isto é, são categorias que perpassam a totalidade, fundamentadas sobre bases sólidas da realidade material, que só podem ser reveladas através do estudo das formas do valor, da forma-mercadoria e seu caráter social e histórico, da objetivação do trabalho, da alienação e das relações de preponderância na retroação do consumo no ciclo de produção.

No item “Fim da transcendência” (Baudrillard, 1970, p. 206), Baudrillard, ao compreender que a combinação fantástica dos signos e o processo generalizado e hipertrófico do consumo determina a relação do indivíduo com o mundo que o cerca, defende a posição de que, na dinâmica metabólica e cíclica da sociedade moderna, o processo generalizado do consumo nega a existência de uma realidade concreta da consciência humana voltada à potencialidade objetiva e subjetiva do ser, de modo que, não resta a possibilidade do vislumbre de uma restituição da consciência e da práxis humana para além do imperativo categórico dos signos e do consumo. Nesse sentido, a vida humana é fatalmente alicerçada nos fundamentos da sociedade de consumo. Nas palavras do autor:

No modo específico do consumo, já não existe transcendência, nem sequer a transcendência feiticista da mercadoria: reina a imanência à ordem dos signos. Assim como não existe separação ontológica, mas relação lógica entre o significante e o significado (Baudrillard, 1970, p. 206).

À vista disso, é preciso ponderar o fato de que Baudrillard, enquanto importante teórico contemporâneo, compreende os nexos causais e os processos societários que rondam o espectro da produção e do trabalho tendo em vista o contexto histórico em que se insere, nomeadamente, a chamada afluência econômica de parte da sociedade europeia ocidental nas décadas imediatamente seguintes à Segunda Guerra Mundial. Não obstante, ao considerar a dinâmica hiperbólica do consumo enquanto matrizadora das relações sociais, bem como, entendendo o consumo, nesta sociabilidade, enquanto categoria que se respalda na questão lúdica, imagética, absoluta e imutável, reflete a noção de que a estrutura da sociedade moderna, pautada na destituição do indivíduo nas formas de ser e nas formas de consciência, tem, impreterivelmente, nessas relações do consumo, sua tônica predominante.

Trazendo à luz a ideia de alienação assumida por Baudrillard, é possível aferir que o autor entende o espelhamento do gênero humano enquanto consequência múltipla da imanência dos signos e das representações, que aparecem no espectro do consciente e do inconsciente, bem como, consequência das formas imagéticas que se sobrepõem à realidade material.

Logo, é necessário reiterar o fato dado de que, em “A Sociedade de Consumo”, precisamente, no item “Fim da transcendência”, Baudrillard evoca a noção de que o processo alienante típico do movimento da ambivalência mística da mercadoria, é impossível de ser superado.

Considerações finais

Destarte, faz-se necessário concatenar os exames aqui expostos para conferir peso teórico ao tema proposto. Sendo assim, é imprescindível aferir que a carga teórica marxista é rica no tocante ao exame da realidade material, concreta e prática da sociabilidade burguesa, e compreende a relação intrínseca da alienação e as formas da atividade e da sociabilidade humana, uma vez que, enquanto categoria que transcorre como consequência direta da relação de transferência imbricada na expropriação das forças, processos e resultados do trabalho, contém em si os desdobramentos da dinâmica material, concreta e reveladora da estrutura totalizante da sociabilidade do capital, incluídas as formas da consciência, bem como, as formas do consumo.

É nesse cenário que se destaca a importante contribuição do pensamento marxista persistente no interesse de desvelar categorias sociais que se relacionam com as formas de consciência e com a atividade produtiva em seu aspecto genérico e ontológico. É de extrema importância a reunião e articulação dos conceitos apresentados no que diz respeito à dissolução da obra de Baudrillard, principalmente no evoluir de tensões preliminares a respeito de uma discussão mais aprofundada acerca da noção semiológica moderna que envolve, não somente a relação superficial com a tradição marxista, mas permeia um campo contextual ocidental de capitalismo tardio e ideologicamente direcionado à priorização de estudos das representações fenomênicas

Na análise aferida da obra madura de Karl Marx, “O Capital - Volume I”, precisamente, em suas contribuições acerca do duplo caráter da mercadoria e o processo fetichizado que decorre das determinações imbricadas na dinâmica da valorização dos objetos, que, por sua vez, reverbera nas relações sociais entre os produtores, é possível traçar o elemento básico da análise, que configura extrema importância para o presente artigo: o caráter fantasmagórico que

o objeto espelha no processo de valorização, se dá através de sua imbricação na sociabilidade fetichizada e alienante, sob as determinações do modo de produção capitalista.

É evidente, através da breve exposição desses conceitos, a ratificação de que o exame da mercadoria possibilita a compreensão de que o movimento real do processo fetichizado sugere a criação de uma consciência geral, que se fundamenta na ocultação das formas reais das relações sociais, justapostas às noções fenomênicas e de abstração da realidade, resultando em uma gama de ilusões acerca do processo produtivo. Outrossim, o processo de produção, pautado no caráter místico da mercadoria, implica no espelhamento do real valor do objeto, fruto do dispêndio de força vital e de trabalho humano. Dessa forma, levando em consideração que o aspecto social da mercadoria reflete as formas das relações sociais, a dinâmica fetichizada dessas determinações são, necessariamente, elencadas na expressão da forma-mercadoria, e resultam na ocultação da verdadeira forma do valor, bem como, na abstração da realidade histórica, social e material das dinâmicas sociais.

Nos manuscritos de 1857, “Grundrisse”, Karl Marx situa historicamente a atividade produtiva socialmente necessária, não só enquanto ferramenta e meio para a criação de objetos, mas que fomenta e mantém ativo o ciclo infindável do consumo, das esferas de distribuição e de circulação, enquanto parte mediadora e inter-relacionada, contudo, e, simultaneamente, determinante, que sobreordena e direciona com peso tônico as dinâmicas imbricadas nessa totalidade, bem como, culmina nas formas e dimensões do complexo categorial da economia como totalidade orgânica, evidenciando sua preponderância ontológica no tocante às dimensões tomadas por este último, na sociabilidade capitalista.

Tendo em vista o aspecto ontológico da produção e reprodução da vida material humana, cujas formas matriciais encontram-se no trabalho, categoria intrínseca à espécie humana, que dispara a forma específica de ser, de produção e reprodução objetiva e subjetiva, é possível aferir a noção de que existe nos predicados da humanidade a potencialidade de modificar o ambiente ao redor, natural e social, de modo a estruturar formas e modos complexos de produção, de cooperação, de divisão social do trabalho, que podem se estender para além de uma ordem organizada nos moldes da sociabilidade burguesa.

É nesse cenário que se faz necessário reiterar a legitimidade das vertentes marxistas não desistentes, em termos de princípios e de telos, de compreender as possibilidades humanas de orientar forças produtivas socialmente constituídas na direção de organização de relações e dinâmicas sociais estruturadas em moldes diversos, trazendo à luz a potencialidade ontológica humana, nas determinações múltiplas de diferentes instâncias e complexos categoriais, como a política, a ciência, a arte, a filosofia etc.

À vista disso, é possível aferir a contraposição à crítica de Jean Baudrillard acerca da impossibilidade de superação frente à realidade sufocante de um mundo governado pelo imperativo categórico dos signos do consumo, uma vez que, de acordo com o autor francês, a profusão da mercadoria coordena e determina a produção material da vida pautando-se na alienação enquanto representação fantástica da ocultação, e do espelhamento humano, o que denota, entre outras coisas, a destituição de uma consciência humana pautada na vida, na atividade e sociabilidade reais.

Assim, salienta-se que o processo pungente do consumo na sociedade moderna, em Baudrillard, não vislumbra a possibilidade de superação dessa situação de menoridade subordinada, administrada e funcionalizada em prol da mercantilização geral, uma vez que a humanidade se encontra destituída de potencialidades na esfera da produção objetiva e subjetiva da vida.

Se a produção material da vida se constitui como a extensão da espécie humana genericamente no mundo material e inorgânico e orgânico, e desdobra formas de relações sociais e pautadas na atividade produtiva, logo, é necessário cravar como fato, que as dinâmicas que se seguem nesse processo não são fechadas nem se esgotam, antes, são abertas, posto que são próprias de um ser que se autoconstitui.

Tendo isso em vista, é razoável assumir que não há modo de produção ou organização societária que seja eterno, e que seja capaz de destituir a humanidade de seu aspecto genérico e vital, matizado na força e nas potencialidades do trabalho social.

É nesse sentido que o estudo crítico e ontológico da teoria do consumo pode constituir um estímulo e reforço da importância de estudos, nesse diapasão, de bases marxistas, e favorecer e fomentar o tensionamento das bases fundantes do modo de produção vigente, essencialmente, no que diz respeito à compreensão dos nexos e dos processos que se estendem para além da crítica à sacralização da mercadoria e desembocam na evidência flagrante de que há, para além da abstração, uma sociedade estruturada materialmente nos moldes da exploração do trabalho, da acumulação de capital, e regada pelo direcionamento ideológico do projeto político liberal burguês, estabelecendo, desta forma, por princípio e por evidências prático-sensíveis, razoáveis, a possibilidade de superação desta ordem societária.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Dariane Cordeiro de. *Para uma crítica ontológica à 'sociedade de consumo' de Jean Baudrillard*. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

- BAUDRILLARD, Jean. *A Sociedade de Consumo*. 1970. Rio de Janeiro: Elfos Editora, 2004.
- FORTES, R. V. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora. Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. *Verinotio*, Ano XI. n. 22, out., 2016.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LUKÁCS, György. *Conversando com Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.
- MANDEL, Ernest. *Capitalismo Tardio*. São Paulo: S.A Cultural, 1985.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Ed. São Paulo: Edipro, 2017. 110 p
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. “Trabalho estranhado e propriedade privada”. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I - Capítulo 1: A Mercadoria. São Paulo: Boitempo, 2013.
- SILVA, Marlon Garcia da. *A filosofia como complexo ideológico na obra tardia de György Lukács*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.